

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

Termo de Cooperação Técnica e Operacional que entre si celebram o Ministério Público do Estado da Bahia e o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, para o fim de promoverem intercâmbio de informações, documentos e serviços.

O Ministério Público do Estado da Bahia, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, doravante denominado **MP/BA**, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. **Márcio José Cordeiro Fahel**, e o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, com sede na 4ª Avenida, nº 495, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Nesta Capital, doravante denominado **TCE/BA** representado por seu Presidente, Conselheiro **Inaldo da Paixão Santos Araújo**, resolvem, respaldados no art. 15, XXI da Lei Complementar nº 11/96 e na Lei Complementar nº 006/91, firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL**, observadas as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo a definição de formas de cooperação entre o **MP/BA** e o **TCE/BA** visando a prevenção e o combate aos atos de improbidade e aos crimes contra a Administração Pública correlatos praticados no âmbito estadual, aproximando, ainda mais, as instituições signatárias e reforçando, conseqüentemente, o intercâmbio de informações, documentos e serviços para o fim de aperfeiçoar e conferir maior efetividade às relevantes atribuições que lhes são legalmente conferidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação a que alude este Termo consistirá, essencialmente:

a) na permuta de informações entre o **MP/BA** e o **TCE/BA** para evitar duplicidade de esforços na investigação de matérias afetas a ambas as instituições;

b) na facilitação do acesso ao banco de dados de assuntos de interesse finalístico comum, mantidos pelas instituições signatárias, através de órgãos internos definidos por cada uma destas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL OBRIGA-SE A:

- a) Cuidar para que o órgão competente promova, se ocorrer o trânsito em julgado, a execução das Resoluções de Imputação de Débito (R.I.D.), fiscalizando o processo respectivo até o final.
- b) Dar conhecimento ao TCE/BA, por meio de relatório semestral, das providências adotadas em face das peças informativas, dos relatórios de inspeções, auditorias, tomadas de contas, dentre outros procedimentos de competência da Corte de Contas, que lhe for encaminhado;
- c) Prestar, no prazo apontado, as informações solicitadas pelo TCE/BA quando necessárias para instruir processos de sua competência;
- d) Informar e encaminhar ao TCE/BA, no prazo de 30 (trinta) dias, contado das publicações, cópias das decisões judiciais, inclusive liminares, que importem em suspensão ou nulidade de atos e contratos administrativos firmados pelas administrações diretas e indiretas, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;
- e) Informar e encaminhar ao TCE/BA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que forem firmados, cópias de todos os termos de ajustamento de conduta (TAC) firmados entre o Ministério Público e qualquer pessoa física ou jurídica (pública ou privada), sujeitas ao controle externo exercido pelo TCE, cujos objetos tenham pertinência com as matérias afetas às suas atribuições, com a devida ressalva acerca da sujeição à homologação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia;
- f) Informar e encaminhar ao TCE/BA cópias das portarias de instauração de procedimentos investigatórios cíveis e criminais (preliminares e inquéritos civis) que tenham por fundamento fático ocorrências que importem em lesão ao patrimônio público e violação dos princípios constitucionais da administração pública, por parte de gestores estaduais;
- g) Fazer expressa referência aos dados e julgados obtidos junto ao TCE/BA, sempre que divulgar demandas judiciais e investigações promovidas por seus membros e grupos especiais de atuação;
- h) Manter o TCE informado sobre representações que lhe sejam encaminhadas concernentes a assuntos de interesse comum.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA OBRIGA-SE A:

a) Atender às requisições e solicitações de informações e documentos formuladas pelo MP/BA, mesmo que referentes ou contidos em processos não concluídos, independentemente do seu julgamento ou eventual trânsito em julgado, especial com vistas a possibilitar a adoção de medidas legais para a suspensão ou nulidade dos atos e contatos administrativos dos órgãos e entidades sujeitas ao seu controle, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo (art. 27 da LC nº 05/1991);

b) Disponibilizar aos integrantes do MP/BA, através dos Centros Operacionais, dos Grupos de Combate à Improbidade e do Núcleo de Crimes de Prefeitos, no prazo de 30 (trinta) dias, o acesso às informações disponíveis no sistema informatizado de dados, mediante fornecimento de senha de ingresso pela rede mundial de computadores – Internet;

c) Disponibilizar, por tempo determinado, quando solicitado ou requisitado na forma do art. 1º, inciso XIX, da LC Estadual nº 05/1991, técnicos de seu quadro de pessoal para auxiliar os órgãos de execução do MP/BA no exame de autos ou documentos que possam denotar indícios de crimes ou atos de improbidade administrativa;

d) Encaminhar ao Ministério Público, com a brevidade possível, cópias das decisões transitadas em julgado, a seu nível, que resultarem em Imputações de Débito ou Imputações de Multa, excetuadas as que digam respeito a atraso na apresentação das contas, acompanhadas dos documentos relativos à condenação, a fim de que a Instituição destinatária, através de seus quadros finalísticos, possa exigir e fiscalizar a execução, se ocorrer trânsito em julgado, e implementar as providências cabíveis, caso se constate a prática de crime ou ato de improbidade administrativa;

e) Encaminhar ao Ministério Público cópias dos Termos de Ocorrência lavrados e Denúncias formuladas, desde que transitados em julgado e formuladas Representações ao MP pelo Conselheiro Relator e aprovadas pelo Plenário;

f) Encaminhar ao Ministério Público, cópias dos pareceres prévios, com relatório anual e pronunciamento técnico, sempre que o TCE-BA opinar pela rejeição das contas dos entes públicos e privados sob sua jurisdição.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES COMUNS

As partes, por iniciativa de uma delas, prestarão as informações solicitadas sobre processos que se encontrem em apuração ou andamento no seu âmbito de atuação.

Parágrafo 1º. Poderão ser promovidas, em conjunto, palestras, encontros, seminários e cursos de interesse comum, que tenham pertinência com as atribuições respectivas.

Parágrafo 2º. Em relação aos eventos indicados no parágrafo anterior, deverá haver comunicação recíproca à sua realização, independente ou exclusiva.

CLÁUSULA QUINTA - ACOMPANHAMENTO

As Instituições Signatárias designarão e incumbirão um representante para acompanhar e impulsionar a execução das disposições previstas no presente Termo.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS FINANCEIROS

O cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo, em princípio, não importará na transferência de recursos financeiros entre as Instituições Signatárias.

Parágrafo único. As despesas porventura feitas para atendimento de qualquer das obrigações aqui assumidas serão suportadas, exclusivamente, pela instituição encarregada de sua realização, salvo quando a ausência ou insuficiência de recursos financeiros for justificada.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

O presente Termo terá vigência pelo prazo de 02 (dois) anos, contado da data da publicação, em extrato, no Diário da Justiça Eletrônico do Estado da Bahia, podendo ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, ou prorrogado por meio de termo aditivo firmado pelas Instituições Signatárias.

Parágrafo Único. Caberá ao Ministério Público promover a publicação de que trata o *caput*.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E DENÚNCIA

Este Termo poderá ser denunciado por qualquer das Instituições Signatárias, a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60

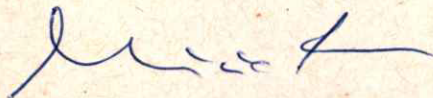
(sessenta) dias, ou rescindido de pleno direito, em caso de descumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias que surgirem da execução do presente Termo.

E, por estarem de pleno acordo com os termos e condições estabelecidas, firmam o presente Termo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, diante de duas testemunhas que declaram conhecê-lo por inteiro.

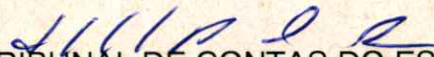
Salvador - BA, 26 de novembro de 2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Márcio José Cordeiro Fahel

Procurador-Geral de Justiça

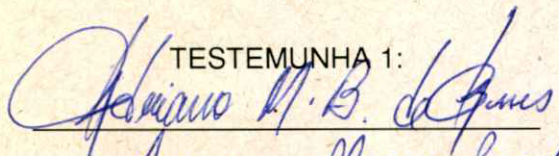


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Presidente

TESTEMUNHA 1:



Nome: Adairton Marcus B. de Faria

CPF: 

TESTEMUNHA 2:

Nome: _____

CPF: _____

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALAGOINHAS - BAHIA

EDITAL N.º 007/2015

A 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas/BA, através de sua Promotora de Justiça Titular, Tereza Jozilda Freire de Carvalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 10, §1º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e do art. 26, §1º, da Resolução nº 006/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público da Bahia, FAZ SABER a todos que do presente Edital tiverem conhecimento e especialmente aos interessados no fato, o ARQUIVAMENTO do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, registrado no SIMP sob o nº 674.1.34792/2005, instaurado para apurar contratação de servidor, por parte do Poder Executivo do Município de Alagoinhas, na gestão de Joseildo Ramos, sem o devido concurso público, sendo referido arquivamento submetido à apreciação e homologação pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei.

Alagoinhas, 23 de novembro de 2015.

TEREZA JOZILDA FREIRE DE CARVALHO
Promotora de Justiça

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

Processo: 003.0.179412/2014

Parecer Jurídico: 4554/14-GPGJ

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Tribunal de Contas do Estado da Bahia-TCE/BA, CNPJ nº 14.674.303/0001-02.

Objeto: Prevenção e combate aos atos de improbidade e aos crimes contra a Administração Pública correlatos praticados no âmbito estadual, aproximando, ainda mais, as instituições signatárias e reforçando, consequentemente, o intercâmbio de informações, documentos e serviços para o fim de aperfeiçoar e conferir maior efetividade às relevantes atribuições que lhes são legalmente conferidas.

Vigência: 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação.

RESUMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.65925/2015

Parecer Jurídico: 586/2015

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Senado Federal, CNPJ nº 00.530.279/0001-15.

Objeto: Cooperação técnico-científica e o compartilhamento de técnicas, conhecimentos, informações, experiência e metodologia criada pelo Senado Federal para a construção de indicadores de transparência no âmbito do Poder Legislativo, visando à formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos para formulação de indicadores de transparência aplicáveis pelo MP-BA, tendo em vista o desenvolvimento, por este, do Projeto "Transparência nas Contas Públicas".

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura.

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO - CONTRATO Nº 135/2015- SGA

Processo: 003.0.156319/2015 - Pregão Presencial nº 008/2015.

Parecer jurídico: 1020/2015.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Renault do Brasil S/A, CNPJ nº. 00.913.443/0001-73.

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo utilitário esportivo fechado, modelo Renault Duster Dynamique 4x4, zero km.

Valor global: 77.590,00 (setenta e sete mil quinhentos e noventa reais).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0012 - Ação (P/A/OE) 6612 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 44.90.52.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente da Contratada.

Prazo de vigência: 28 (vinte e oito) meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça eletrônico.

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO - CONTRATO Nº 136/2015- SGA

Processo: 003.0.156319/2015 - Pregão Presencial nº 008/2015.

Parecer jurídico: 1020/2015.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Renault do Brasil S/A, CNPJ nº. 00.913.443/0001-73.

Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos utilitários esportivos fechados, modelo Renault Duster Dynamique 4x4, zero km.

Valor global: 155.180,00 (cento e cinquenta e cinco mil cento e oitenta reais).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0009 - Ação (P/A/OE) 5014/6271 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 44.90.52.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente da Contratada.

Prazo de vigência: 28 (vinte e oito) meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça eletrônico.